

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA: ANÁLISE DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Célio Hiratuka¹

Fernando Sarti²

Este artigo argumenta que a forma como a economia brasileira tem se articulado com a economia chinesa, principalmente por meio dos fluxos de comércio, e também através dos fluxos de investimento, por um lado, vem oferecendo perspectivas mais favoráveis de crescimento macroeconômico. Por outro, cria obstáculos ao nível da estrutura produtiva, em função de um potencial deslocamento da produção doméstica em vários setores, justamente pela concorrência com a produção da indústria manufatureira brasileira. O artigo realiza uma breve descrição dos fluxos bilaterais de comércio e procura avaliar em que medida a China tem ocupado espaço no consumo brasileiro de bens manufaturados. Também realiza uma análise dos investimentos diretos bilaterais, ressaltando a assimetria em termos de valores investidos e o fato de que os fluxos de investimentos tendem a reforçar a posição comercial estabelecida entre os dois países.

Palavras-chave: China; Brasil; comércio Brasil-China; investimentos diretos.

BRAZIL-CHINA ECONOMIC RELATIONS: ANALYSIS OF TRADE AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT FLOWS

This paper aims to explore the economic bilateral relationship between Brazil and China. In terms of trade the main argument is that, on one hand the increase of Brazilian exports to China has been offering more favorable prospects for macroeconomic growth. On the other, it creates obstacles to the productive structure, due to a potential displacement of domestic production in several manufacturing sectors. The paper also conducts an analysis of bilateral direct investment, highlighting the disparity of amounts invested and the fact that investment flows tend to strengthen the trade patterns established between the two countries.

Keywords: China; Brazil; Brasil-China trade relations; Brasil-China FDI.

RELACIONES ECONÓMICAS ENTRE BRASIL Y CHINA: ANÁLISIS DE LOS FLUJOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGERO

Este trabajo tiene como objetivo explorar la relación económica bilateral entre Brasil y China. En términos de intercambio comercial, el principal argumento es que, por un lado el aumento de las exportaciones Brasileñas a China ha ofrecido perspectivas más favorables para el crecimiento

1. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT), do Grupo de Estudos Brasil-China da Unicamp e da Red Académica de America Latina y el Caribe sobre China. Possui graduação em ciências econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), mestrado e doutorado em ciência econômica pela Unicamp. Tem como áreas de pesquisa economia internacional, economia industrial e desenvolvimento econômico, atuando principalmente em temas como comércio internacional, empresas transnacionais, investimento direto estrangeiro e desenvolvimento industrial.

2. Professor do IE/Unicamp e pesquisador do NEIT. Graduado em ciências econômicas e mestre e doutor em economia pela Unicamp. Tem realizado pesquisas principalmente em temas relacionados à competitividade internacional, ao comércio exterior, ao investimento direto estrangeiro, aos acordos de integração regional, ao Mercosul, à indústria automobilística e à política industrial e tecnológica.

macroeconómico. Por otro, se creó obstáculos a la estructura productiva, debido a la diferencia de potencial de desplazamiento de la producción nacional en varios sectores manufactureros. El documento también lleva a cabo un análisis de la inversión bilateral directa, destacando la disparidad de las cantidades invertidas y facto de que los flujos de inversión tienden a fortalecer el perfil de la estructura comercial establecida entre los dos países.

Palabras clave: China; Brasil; relaciones comerciales Brasil-China; investimentos directos Brasil-China.

JEL: F10; F20.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais importantes na economia mundial no período recente é a ascensão da China como potência emergente. Além de ter se tornado a maior exportadora mundial em 2009, a economia chinesa conseguiu manter uma economia crescendo a um ritmo acelerado, ao contrário da maioria dos outros países, que sofreram de maneira importante os impactos da crise do *subprime*.

De fato, a influência do crescimento chinês sobre a economia mundial já vinha ocorrendo de maneira crescente ao longo das últimas décadas do século XX, tendo se acentuado ainda mais a partir do início do século XXI. No caso específico do Brasil, certamente, o crescimento da demanda chinesa por *commodities* primárias (agrícolas, minerais e combustíveis), seus efeitos sobre a quantidade demandada, e os preços internacionais dessas *commodities* foram fatores que ajudam a explicar o melhor desempenho do país nos últimos anos em relação aos períodos anteriores.

Se por um lado o crescimento da demanda chinesa e seus efeitos sobre os preços internacionais exerceram um impacto positivo sobre as exportações brasileiras, por outro lado, a consolidação da China como grande produtora de produtos manufaturados tem causado preocupações quanto à concorrência com os produtos produzidos localmente.

Este artigo procura argumentar que a forma como a economia brasileira tem se articulado com a economia chinesa, sobretudo por meio dos fluxos de comércio, mas também por meio dos fluxos de investimento, vem, por um lado, oferecendo perspectivas mais favoráveis de crescimento macroeconômico. Por outro lado, tais fatores vêm criando obstáculos ao nível da estrutura produtiva, muito em função de um potencial deslocamento da produção doméstica em vários setores, justamente pela concorrência com a produção da indústria manufatureira brasileira.

O artigo, além desta introdução, apresenta outras 3 seções. Na seção 2, realiza-se uma breve descrição dos fluxos bilaterais de comércio e procura-se avaliar em que medida a China tem ocupado espaço no consumo brasileiro de bens manufaturados. Na seção 3, destaca-se a análise dos investimentos diretos bilaterais, ressaltando a assimetria em termos de valores investidos e o fato de que os fluxos de

investimentos tendem a reforçar a posição comercial estabelecida entre os dois países. Finalmente, a última seção traça as considerações finais.

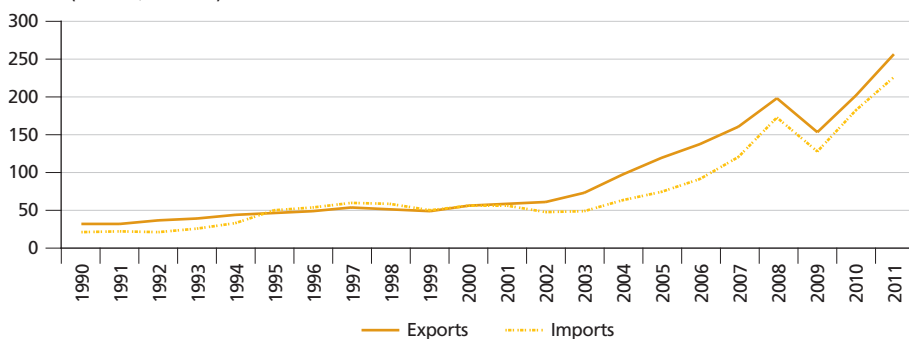
2 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO E AS RELAÇÕES BILATERAIS COM A CHINA

A economia brasileira experimentou nos últimos anos um período de extraordinário crescimento de suas exportações, impulsionado pelo cenário internacional extremamente favorável entre 2003 e 2008.

Além do aumento da demanda de várias *commodities* agrícolas e minerais, estimulado pelo vigoroso crescimento da China, a elevação dos preços internacionais desses importantes produtos na pauta de exportações brasileira também exerceu impactos positivos.

Enquanto no período 1990-2002 a taxa média de crescimento anual das exportações brasileiras foi de 5,6%, entre 2003 e 2008 essa taxa elevou-se para 22%. O volume recorde de mais de US\$ 190 bilhões atingido pelas exportações em 2008 superou em cerca de US\$ 120 bilhões as exportações de 2003, resultando em reservas elevadas e em redução da vulnerabilidade externa, abrindo caminho para condições macroeconômicas mais favoráveis para a retomada de uma trajetória de maior crescimento. Os efeitos da crise internacional, porém, provocaram uma queda importante das exportações brasileiras em 2009, mas a recuperação ocorrida em 2010 e 2011 levou o país a um novo recorde de exportações (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Exportações e importações brasileiras (1990-2011)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: Secex/MDIC.
Elaboração dos autores.

As importações, por sua vez, também tiveram um crescimento expressivo, em especial em 2007 e 2008, quando o crescimento do mercado interno brasileiro e a valorização cambial fizeram com que a absorção de importações crescesse a um

ritmo mais acelerado que o crescimento das exportações. A crise internacional interrompeu momentaneamente este processo, mas é possível observar uma trajetória de retomada a partir de 2010.

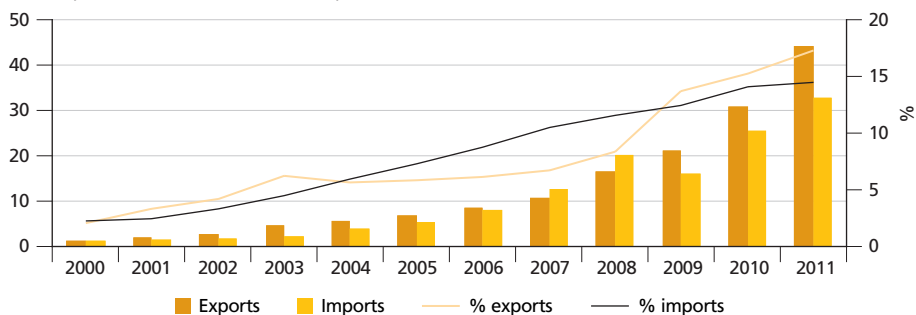
Interessante notar que, quando se analisa o desempenho geral do comércio exterior brasileiro, é possível notar a influência direta e indireta do crescimento chinês, tanto nos fluxos de exportação como nos fluxos de importação. No caso das exportações, o efeito do crescimento chinês provocou tanto um aumento das quantidades exportadas quanto nos preços das exportações de um grande conjunto de *commodities* exportadas, não apenas pelo Brasil, mas para vários países da América Latina. (Jenkins, 2011). Indiretamente, o acúmulo de reservas resultante do *boom* de exportações possibilitou, por um lado, a adoção de políticas econômicas mais favoráveis ao crescimento econômico, como a expansão do crédito e a redução dos juros básicos, embora esta última variável tenha se mantido ainda em patamar bastante superior aos níveis internacionais. Por outro lado, o próprio crescimento das exportações e a entrada de capitais, seja de investimentos de portfólio atraídos pelo diferencial de juros, seja de investimentos diretos do tipo *market seeking*, atraídos pelo mercado interno em expansão, ou do tipo *resource seeking*, voltado para explorar as condições favoráveis de produção de *commodities*, resultaram em um processo de valorização cambial, em especial a partir de 2004.

A combinação de mercado interno aquecido com câmbio valorizado, por sua vez, estimulou o crescimento das importações, em especial de produtos manufaturados. No período pós-crise, as políticas de recuperação dos países centrais voltaram a aumentar a liquidez internacional, pressionando ainda mais a valorização da moeda brasileira. Dessa forma, em 2010 e 2011, a recuperação da economia brasileira foi marcada pelo aumento das importações.

As relações bilaterais de comércio do Brasil com a China devem ser, portanto, analisadas dentro deste contexto. Do ponto de vista das exportações, predomina o efeito favorável das quantidades e dos termos de troca sobre as *commodities*. Por conseguinte, nas importações, verifica-se um crescimento intenso das importações de produtos manufaturados, com uma competição crescente no mercado brasileiro de produtos originários da China, tanto com produtos originários de outros países quanto com as manufaturas produzidas localmente.

Observando os dados gerais de comércio bilateral entre Brasil e China, como pode ser observado no gráfico 2, tanto as exportações quanto as importações, ocupando a China os postos de destino e origem, cresceram a taxas muito superiores ao comércio total brasileiro, resultando em um aumento da importância relativa do parceiro comercial de maneira contínua ao longo do período. Em 2011, a China foi o principal país de destino das exportações brasileiras, representando 17,3% do total e a segunda maior origem das importações brasileiras, com uma participação de 14,5%.

GRÁFICO 2
Comércio bilateral brasileiro com a China (2000-2011)
(Em US\$ bilhões e % do total)



Fonte: Secex/MDIC.
Elaboração dos autores.

O crescimento da importância da China como mercado de destino foi acompanhado pelo aumento da importância de outros mercados não tradicionais como Índia, Rússia, países do Oriente Médio e África, no bojo de um processo de crescente diversificação de mercados. Por outro prisma, o ganho de participação da China contrasta com a perda de espaço dos Estados Unidos e da União Europeia, que juntos representavam mais de 50% do total das exportações brasileiras em 2000 e passaram a representar cerca de 30% em 2011.

Quanto ao padrão de origem das importações, observa-se também um aumento acelerado da participação da China, passando de 2,2%, em 2000, para 14,5% do total, em 2011. Individualmente, o país passou a ser o segundo maior fornecedor de produtos para o Brasil, abaixo apenas dos Estados Unidos. No caso das importações, a China também ganhou participação, principalmente em detrimento das regiões mais desenvolvidas, embora os países da América do Sul também tenham tido uma pequena redução de participação.

Entretanto, como destacado por vários autores, existe uma enorme disparidade entre o perfil da pauta de exportações brasileiras para a China e o perfil da pauta de importações.

Os dados da tabela 1 mostram que esse perfil se acentua ao longo do período analisado. Os produtos primários chegam a 83% do total em 2011, reduzindo o peso relativo das demais categorias. Além disso, observando a importância relativa das exportações para a China dentro de cada grupo de produto, verifica-se como as exportações de produtos primários, que já haviam atingido 18,3% em 2008, elevam-se ainda mais no período pós-crise, chegando a quase um terço do total em 2011. Também se observa um aumento na importância relativa nas demais categorias de produto, como produtos intensivos em recursos naturais e produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) – principalmente aviões –, embora em patamar muito inferior ao verificado nos produtos primários.

TABELA 1
Exportações brasileiras para a China por categoria de produto
 (Em %)

Participação no total	Participação das categorias no total de exportações para a China				Participação no total de cada categoria			
	2000	2004	2008	2011	2000	2004	2008	2011
Produtos primários	66,7	60,0	77,3	83,7	6,5	12,9	18,3	31,7
Produtos intensivos em recursos naturais	13,8	19,3	12,2	10,3	1,0	4,2	4,2	7,7
Manufaturados intensivos em trabalho	5,1	4,4	2,8	1,8	0,8	2,4	2,9	4,7
Manufaturados intensivos em escala	5,9	10,7	3,6	1,8	0,6	2,8	1,6	2,2
Manufaturados por forn. especializados	3,2	4,0	2,0	0,7	0,7	2,5	2,1	1,8
Manufaturados intensivos em P&D	5,4	1,6	2,1	1,8	0,9	1,3	2,8	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,0	5,6	8,3	17,3

Fonte: Secex/MDIC.
 Elaboração dos autores.

Por outro lado, nas importações, também merecem destaque algumas alterações importantes na estrutura de produtos comprados da China. Além da redução da participação relativa dos produtos primários e produtos intensivos em recursos naturais, também se verifica uma significativa perda de participação relativa de produtos intensivos em P&D. Por outro lado eleva-se a participação de produtos manufaturados intensivos em trabalho (em especial no período pós-crise), mas também de produtos intensivos em escala e fornecedores especializados (tabela 2).

Considerando a participação no total importado de cada categoria, chama atenção também a elevação verificada nos produtos intensivos em trabalho, onde a China respondia por 11,4% das importações brasileiras e passou a cerca de 30% em 2011. Mas também se observa um aumento considerável na importância relativa dos produtos de fornecedores especializados e de manufatura intensivas em escala. O aumento da participação das exportações chinesas nestas duas categorias mostra a diversificação das exportações de produtos manufaturados chineses, em direção a produtos como máquinas e equipamentos e produtos do complexo automotivo, deslocando outros exportadores tradicionais para a economia brasileira, como países da Europa e da América do Norte. Finalmente a penetração nos produtos intensivos em P&D reflete uma posição de reconhecida vantagem no complexo eletrônico, que, no entanto, apresentou crescimento mais robusto até 2008.

O impacto da elevação das importações sobre a produção industrial doméstica, no entanto, pode ser melhor avaliado através do indicador de penetração de importações. O coeficiente total é medido pela relação entre as importações e o consumo aparente. No caso do indicador para as importações Chinesas, as importações totais são substituídas pelas importações provenientes da China.

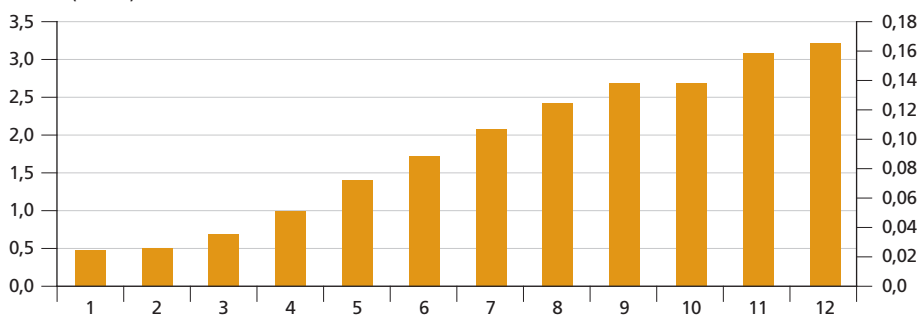
TABELA 2
Importações brasileiras da China por categoria de produto
(Em %)

Participação no total	Part. das categorias no total de importações da China				Part. no total de cada Categoria			
	2000	2004	2008	2011	2000	2004	2008	2011
Produtos primários	8,0	10,4	4,2	2,5	1,3	3,1	2,6	2,4
Produtos intensivos em recursos naturais	13,6	9,9	10,8	9,6	1,3	2,7	5,4	6,0
Manufaturados intensivos em trabalho	18,5	14,9	16,0	19,4	4,9	11,4	23,7	30,6
Manufaturados intensivos em escala	14,1	15,4	19,1	21,7	2,2	6,7	13,5	16,2
Manufaturados por forn. especializados	20,7	18,7	24,2	26,4	2,2	5,9	15,7	20,7
Manufaturados intensivos em P&D	25,0	30,8	25,6	20,4	2,7	9,6	18,5	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	5,9	11,6	14,5

Fonte: Secex/MDIC.
Elaboração dos autores.

A análise desse indicador mostra que, considerando o conjunto da indústria de transformação, a participação chinesa no consumo aparente brasileiro cresceu bastante rápido ao longo dos anos 2000, atingindo 3% em 2011, o que significou cerca de 16% do coeficiente total de 18,5%. Ou seja, do total consumido de produtos manufaturados pelo Brasil para utilização no consumo final ou como insumo intermediário, 3% foram provenientes da China (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Coeficiente de importação de produtos chineses (2000-2011)
(Em %)



Fonte: CNI e Secex/MDIC.
Elaboração dos autores.

Embora seja ainda relativamente baixa, os dados por setor, disponíveis a partir de 2007, mostram que em alguns setores industriais, a importação chinesa já representa uma parcela muito maior do mercado brasileiro. Na indústria de produtos eletrônicos e ópticos, os produtos importados da China representaram 19,4% do

consumo aparente. Nesse setor, as importações oriundas da China representaram 55% do crescimento total das importações entre 2007 e 2011 (tabela 3).

Setores intensivos em trabalho, como indústrias diversas (incluindo brinquedos), têxteis, vestuário e calçados também apresentaram crescimento importante da penetração chinesa, especialmente em 2010 e 2011. Também nestes setores, a contribuição das importações chinesas para o crescimento total foi bastante significativa.

Além destes, também devem ser destacados os setores de máquinas elétricas e máquinas e equipamentos, com crescimento rápido dos coeficientes e dos patamares significativos em 2011. No caso das máquinas e equipamentos, no entanto, a contribuição das importações chinesas foi um pouco menor que nos demais setores destacados.

TABELA 3
Coeficiente de importações da China por setor de atividade da indústria (2007-2011)
(Em %)

Setor	Penetração das importações					Variação das importações (2007-2009)
	2007	2008	2009	2010	2011	
Alimentos	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	12
Bebidas	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0
Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Têxteis	4,3	5,6	5,3	6,8	8,2	54
Vestuário	2,2	2,7	3,1	3,5	5,1	63
Calçados e artigos de couro	3,6	4,4	4,6	3,8	4,8	47
Produtos de madeira	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	59
Celulose e papel	0,2	0,3	0,3	0,5	0,7	18
Impressão e reprodução de gravações	0,2	0,4	0,4	0,5	0,6	42
Refino de petróleo	0,3	0,8	0,2	0,3	0,4	1
Produtos químicos	1,6	1,9	1,8	1,8	2,3	11
Produtos farmacêuticos	1,3	1,9	1,5	1,7	1,8	8
Borracha e plástico	1,1	1,6	1,3	1,7	2,2	23
Produtos minerais não metálicos	1,0	1,1	1,0	1,6	2,1	44
Metalurgia	1,1	1,6	1,4	2,7	2,7	27
Produtos de metal	1,3	1,4	1,5	1,7	2,3	34
Eletrônicos e ópticos	12,8	14,6	15,1	16,8	19,4	55
Máquinas elétricas	5,8	6,4	6,4	7,3	8,0	38
Máquinas e equipamentos	2,6	3,4	3,8	5,1	5,9	23
Veículos	0,2	0,4	0,4	0,5	1,0	9
Outros equipamentos de transporte	1,5	2,1	1,5	1,6	2,4	10
Móveis	0,4	0,6	0,6	1,1	1,3	52
Produtos diversos	8,3	9,2	9,3	9,6	11,0	42

Fonte: CNI e Secex/MDIC.
Elaboração dos autores.

É possível concluir, a partir das informações analisadas, que o aumento da concorrência chinesa é um fenômeno relativamente generalizado em todos os setores industriais brasileiros. Além disso, em um conjunto relativamente grande de setores, a concorrência chinesa já é bastante elevada, respondendo por parcela não desprezível do consumo brasileiro.

Vale destacar ainda que, além de um conjunto de vantagens de custo, como os de mão de obra e de vários incentivos governamentais obtidos em várias esferas de governo, o desnível das taxas de câmbio também amplia as vantagens dos produtos chineses.

Como observado por ABDI (2011), até 2008, em grande medida, as importações tinham um papel complementar à produção industrial doméstica, que vinha crescendo a um ritmo acelerado. No entanto, o acirramento da concorrência no período pós-crise fez com que esse aumento de importações passasse a deslocar a produção doméstica, dificultando a retomada do crescimento da atividade econômica.

3 INVESTIMENTOS DIRETOS BILATERAIS BRASIL-CHINA

Os fluxos bilaterais de IDE Brasil-China no período recente refletem em grande medida as características da pauta de comércio bilateral e as diferenças competitivas e de estratégias corporativas existentes entre as duas economias.

A participação dos investidores brasileiros na China é ainda insignificante, concentrada em poucas empresas industriais com presença exportadora no mercado chinês. Por conseguinte, os investimentos chineses no Brasil tiveram um salto expressivo nos últimos anos e já representam uma parcela significativa do investimento externo no Brasil. Embora diversificados em termos de empresas e setores de atividades, há uma concentração relativa dos valores investidos em setores primários e de serviços como estratégia de assegurar as fontes de fornecimento de recursos básicos e bens intermediários, embora com participação relevante também de setores manufatureiros, em especial no período mais recente.

Como foi observado na seção anterior, a integração comercial brasileira com a China aprofundou-se significativamente nos anos 2000 e caracterizou-se por fortes assimetrias. O Brasil concentra suas exportações em produtos primários, *commodities* agrícolas e minerais, enquanto suas importações são, basicamente, de produtos manufaturados de maior conteúdo tecnológico.

Essas características da estrutura de comércio Brasil e China explicam, em parte, o padrão de integração produtiva por meio do investimento direto estrangeiro (IDE) entre os dois países. Como é amplamente sabido, China e Brasil foram, nas últimas duas décadas, importantes receptores de IDE. Por conseguinte, as duas economias se caracterizaram por registrarem reduzidos fluxos de IDE realizados no exterior,

sobretudo no caso brasileiro, concentrando, assim, sua estratégia de inserção externa muito mais na esfera comercial que na produtiva. Mais recentemente, as empresas nacionais de ambos os países intensificaram seu processo de internacionalização produtiva, o que reduziu a assimetria existente entre fluxos de IDE recebidos e realizados. No entanto, a estratégia de internacionalização produtiva foi muito mais agressiva no caso das empresas chinesas a partir do início dos anos 2000. Em um *ranking* composto pelas cem maiores empresas de países em desenvolvimento em 2009, treze empresas eram chinesas, distribuídas por diferentes setores de atividades (UNCTAD, 2010).

Cabe destacar ainda a escala empresarial de várias dessas empresas chinesas; a maioria com vendas totais superiores a US\$ 20 bilhões. No caso da China National Petroleum, as vendas superaram US\$ 165 bilhões em 2009. A crescente escala empresarial fortalecida pelo próprio processo de internacionalização ajuda a explicar o fato da China se inserir no cenário internacional cada vez mais como compradora do que vendedora de empresas. No biênio 2008-2009, em plena crise internacional, as empresas chinesas adquiriram empresas ao redor do mundo no valor total de US\$ 59,4 bilhões, enquanto foram vendidas empresas chinesas no valor de US\$ 16,3 bilhões (tabela 4).

TABELA 4
Brasil e China, fusões e aquisições transfronteiras – vendas e compras
(Em US\$ bilhões e %, respectivamente)

Vendas (US\$ bilhões)							Porcentagem em relação ao total					
Região/país	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ¹	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ¹
Brasil	3,0	2,6	6,5	7,6	-1,4	1,5	0,6	0,4	0,6	1,1	-0,5	1,2
China	7,2	11,3	9,3	5,4	10,9	2,0	1,6	1,8	0,9	0,8	4,4	1,6
Compras (US\$ bilhões)							Porcentagem em relação ao total					
Região/país	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ¹	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ¹
Brasil	2,5	18,6	10,8	5,2	2,5	4,1	0,5	3,0	1,1	0,7	1,0	3,3
China	3,7	12,1	-2,3	37,9	21,5	5,6	0,8	1,9	-0,2	5,4	8,6	4,5

Fonte: UNCTAD (2010).

Nota: ¹ Acumulado janeiro-maio.

Em termos dos destinos dos investimentos, tomando como base as informações do Ministry of Commerce of the People's Republic of China (Mofcom), é possível observar uma concentração dos investimentos chineses na Ásia, o que destaca a divisão regional de trabalho, a constituição de uma cadeia de produção regional, bem como a nova fronteira de expansão chinesa para a África. Os investimentos na América Latina também têm importância relevante, embora estejam concentrados em paraísos fiscais. Embora crescentes, os investimentos para o Brasil são pouco significativos, registrando US\$ 487 milhões em 2010.

TABELA 5
IDE realizado pela China por país de destino (2008-2010)
(Em US\$ milhões e %, respectivamente)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Valores (US\$ milhões)							
Total	5.498	12.261	17.634	26.506	55.907	56.528	68.811
Ásia	3.013	4.484	7.663	16.593	43.547	40.407	44.890
África	317	392	520	1.574	5.490	1.439	2.111
Europa	2.046	2.166	597	1.540	875	3.352	6.760
América Latina	1.762	6.466	8.468	4.902	3.677	7.327	10.538
Brasil	6	15	10	51	22	116	487
América do Norte	126	320	258	1.125	364	1.521	2.621
Oceania	120	202	126	770	1.951	2.479	1.888
Participação relativa (%)							
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ásia	54,8	36,6	43,5	62,6	77,9	71,5	65,2
África	5,8	3,2	2,9	5,9	9,8	2,5	3,1
Europa	37,2	17,7	3,4	5,8	1,6	5,9	9,8
América Latina	32,0	52,7	48,0	18,5	6,6	13,0	15,3
Brasil	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,2	0,7
América do Norte	2,3	2,6	1,5	4,2	0,7	2,7	3,8
Oceania	2,2	1,6	0,7	2,9	3,5	4,4	2,7

Fonte: Mofcon of China.
Elaboração: Neit/IE/Unicamp.

Por outro lado, se utilizarmos como metodologia os anúncios de investimentos de empresas chinesas no Brasil, a partir de várias fontes de informações, os valores investidos foram bem maiores: US\$ 8,5 bilhões no período 2003-2008 (Cepal, 2010). Em 2009, as empresas chinesas anunciaram novos investimentos de US\$ 5,1 bilhões, que saltaram para US\$ 18,9 bilhões em 2010 (tabela 6).

TABELA 6
Investimentos anunciados por empresas chinesas no Brasil
(Em US\$ milhões)

	2003-2008	2009	2010
Investimentos anunciados	8.548	5.136	18.940

Fonte: Cepal, Sobeet, Valor Econômico e Bradesco.

TABELA 7
Investimentos anunciados de empresas chinesas no Brasil (2010)

Empresa	Setor	Valor (US\$ milhão)	Modalidade
Wisco	Mineração	400	Aquisição
Honbridge	Mineração	400	Aquisição
Honbridge	Mineração	113	Aquisição
ECE	Mineração	1.200	Aquisição
Noble Group	Agroindústria	150	<i>Greenfield</i>
Chongqing Grain Group	Agroindústria	180	Compra de terras
Wisco	Siderurgia	3.500	<i>Greenfield</i>
State Grid	Energia elétrica	1.700	Aquisição
Zhejiang Insigma	Energia elétrica	72	<i>Greenfield</i>
East Stan Holding	Cosméticos	24	<i>Greenfield</i>
Sinopec	Petróleo	7.100	Aquisição
Sinochem	Petróleo	3.000	Aquisição
Sany Heavy Industries	Máquinas e equipamentos	200	<i>Greenfield</i>
XCMG	Máquinas e equipamentos	22	<i>Greenfield</i>
Jurong	Equipamentos de transporte	300	<i>Greenfield</i>
Chery	Automobilístico	400	<i>Greenfield</i>
Miza Motos	Automobilístico	7	<i>Greenfield</i>
Kasinsky	Automobilístico	145	<i>Greenfield</i> e ampliação
Shineray	Automobilístico	24	<i>Greenfield</i>
Dayun	Automobilístico	6	<i>Greenfield</i>
Total		18.942,6	

Fonte: Valor Econômico, Bradesco e Sobeeet.

Portanto, diferentemente da estrutura de comércio, que vem crescendo de forma exponencial, mas relativamente equilibrada entre os dois países, com pequeno *superavit* comercial favorável ao Brasil, no caso dos fluxos bilaterais de IDE, houve um crescimento também expressivo, porém, fortemente assimétrico.

Essa assimetria fica evidente quando se observa o investimento brasileiro realizado na China. As informações sobre o estoque de investimentos brasileiros na China, registrados no Banco Central do Brasil, mostram uma participação crescente até 2006, com tendência de redução em 2007 e 2008. Vale ressaltar que grande parte desta redução pode estar associada às mudanças metodológicas realizadas pelo Banco Central para apuração do estoque de investimento brasileiro direto externo (IBDE). Entre 2001 e 2005, os dados fornecidos pelas empresas declarantes poderiam ser referentes ao valor da última negociação, o último valor patrimonial registrado ou, no caso da impossibilidade da utilização desses dois critérios, o valor

de aquisição. Em 2006, o valor patrimonial passou a ser o de 31 de dezembro. Já a partir de 2007, o valor do investimento passou a ser considerado pela cotação em bolsa em 31 de dezembro, e pelo valor da aquisição para empresas não cotadas em bolsa. Dessa forma, o valor do estoque de IBDE passou a sofrer influência das oscilações existentes nas bolsas de valores dos países onde o investimento foi registrado, fato que pode ajudar a explicar a flutuação nos valores entre 2006 e 2008. Ainda assim, cabe destacar que em nenhum ano o volume registrado chegou a representar sequer 1% do total do estoque de investimento brasileiro no exterior.

TABELA 8
Estoque de investimentos diretos brasileiros na China (2001-2008)
(Em US\$ milhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	15,2	14,0	15,4	27,8	77,2	95,5	86,0	56,8
Participação no capital	15,1	13,3	15,3	27,7	75,9	93,1	83,5	48,1
Empréstimos Intercompanhia	0,1	0,7	0,1	0,1	1,3	2,4	2,5	8,7

Fonte: BCB (2011).
Elaboração: Neit/IE/Unicamp.

Também quando se consideram os fluxos de investimentos brasileiros na China, os valores são muito reduzidos frente aos fluxos totais. Além disso, não se nota nenhuma tendência de elevação dos investimentos nos anos mais recentes.

TABELA 9
Fluxos de investimentos diretos brasileiros para a China (2006-2010)
(Em US\$ milhões)

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Valor	13	14	15	3	9

Fonte: BCB (2011).
Elaboração: Neit/IE/Unicamp.

De fato, as informações sobre operações de empresas brasileiras na China são escassas, refletindo o fato de que, ao contrário das empresas chinesas, que nos últimos anos vêm elevando seus investimentos no Brasil, as empresas brasileiras, em seu processo de internacionalização, não têm considerado a China como mercado relevante para a realização de investimentos até a presente data. Por outro prisma, uma pesquisa qualitativa realizada pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), junto às empresas brasileiras com maior grau de internacionalização, indicou que 7,5% das empresas apontaram a China como mercado prioritário para expansão dos novos investimentos, atrás apenas de Argentina e Índia, e junto com Estados Unidos, África do Sul e Colômbia (Sobeet, 2010).

Ainda assim, enquanto para as empresas chinesas os dados observados nos registros oficiais contrastam com as informações das fontes empresariais e da imprensa, no caso das empresas brasileiras, o pequeno número de informações encontradas nas fontes alternativas mostra que os dados oficiais refletem o pequeno volume de investimento brasileiro na China, apesar dos planos de investimentos futuros.

Entre as empresas que realizam atividades produtivas podem ser destacadas: Embraer, Vale, Marcopolo, JBS, Sabó e Fras-le. As grandes empresas brasileiras com maior grau de internacionalização e concentradas nos setores de *commodities* agrícolas, minerais e metálicas e alimentos não têm investimentos importantes na China. A Vale, por exemplo, opera em *joint venture*, com participação de 25% na unidade de pelotização Zhuahi YPM. O grupo JBS, por sua vez, possui apenas uma unidade de processamento de couros, que anteriormente pertencia ao Grupo Bertin, adquirido pelo JBS.

As demais empresas, concentradas no setor mecânico, realizaram investimentos buscando ter acesso ao promissor mercado chinês. No entanto, o exemplo das empresas Embraer e Marcopolo mostram que a política voltada para os investidores estrangeiros ainda é bastante restritiva, sendo guiada primordialmente pelos interesses estratégicos do governo chinês. A Embraer produz na China o modelo ERJ 145 de cinquenta passageiros, em parceria com sua sócia, a China Aviation Industry Corporation (Avic). As duas empresas investiram US\$ 25 milhões no negócio e a Embraer possui 51% da *joint venture*. Em razão da maior demanda por jatos regionais de maior porte na China, a Embraer tinha planos de fabricar o modelo 190. Porém, os projetos de produtores locais (inclusive da própria Avic) de fabricar aviões de porte similar ao 190 inviabilizaram os planos de realizar novos investimentos, como a própria exportação a partir do Brasil, em razão de restrições às importações colocadas pelo governo chinês. Também, a Marcopolo, que abriu em 2008 uma fábrica de componentes na China, tem encontrado dificuldades para passar a produzir ônibus, em razão da necessidade de ter um sócio chinês.

Percebe-se, portanto, que enquanto o Brasil tem uma política bastante liberal, com pouca orientação estratégica sobre os investimentos estrangeiros, a China busca maximizar os benefícios locais provenientes dos investimentos estrangeiros, com forte exigência de contrapartidas.

É possível verificar, portanto, que os dados de investimentos tendem a reforçar os desafios percebidos no campo comercial, isto é, grande parte dos investimentos chineses no Brasil, como são voltados para setores intensivos em recursos naturais, reforçam a inserção comercial de exportações de *commodities*. Neste sentido, a dificuldade de inserção no mercado chinês como investidor torna mais difícil o aumento de exportações de manufaturas a partir do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento acelerado da China e sua dupla inserção como grande demandante de *commodities* e grande produtora de produtos manufaturados tem provocado intensos efeitos sobre a economia mundial.

O Brasil tem sido um dos países que mais tem sentido este duplo impacto da economia chinesa. No entanto, no caso brasileiro, a situação é mais complexa pelo fato de que o crescimento dos últimos anos tem sido viabilizado essencialmente pelo crescimento do mercado interno. As exportações de *commodities* tiveram um papel fundamental para viabilizar o acúmulo de reservas e reduzir a restrição macroeconômica. Do ponto de vista da demanda, porém, o crescimento foi puxado pelo aumento do consumo interno e pelo investimento doméstico.

O atendimento à demanda doméstica traduziu-se em aumento da produção e do emprego industrial, reforçando o ciclo de crescimento brasileiro. Porém, a valorização cambial decorrente do influxo de dólares e o acirramento da concorrência internacional no período pós-crise têm se traduzido em deslocamento da produção industrial doméstica, como foi observado na seção 2 deste artigo. Neste caso, a concorrência chinesa tem, de fato, causado preocupações pela velocidade de deslocamento da produção nacional em alguns setores.

Este fato torna mais premente a adoção de políticas que reforcem a competitividade estrutural da indústria brasileira, e que a tornem capaz de resistir à pressão competitiva. No entanto, o enfrentamento desse desafio é imenso.

Deve-se lembrar que o tamanho e o dinamismo do mercado chinês têm deslocado as escalas de produção para níveis extremamente elevados; fato esse que proporciona vantagens de custo que se somam aos custos de mão de obra. Ao mesmo tempo, a política de estímulo à formação de grandes grupos estatais e privados nacionais tem resultado no aumento rápido das escalas empresariais, originando empresas que vêm se lançando rapidamente no mercado internacional. Coloca-se, portanto, o desafio de enfrentar uma competição em curso bastante acirrada, com barreiras à entrada crescente para a participação nos oligopólios mundiais, dadas pela elevação da escala, tanto técnica como empresarial.

Além de políticas setoriais voltadas para aumentar o grau de complementaridade entre os setores produtores de *commodities* e outros setores manufatureiros, é fundamental alterar o patamar da taxa de câmbio, de maneira a alterar a rentabilidade relativa atual, francamente desfavorável à indústria.

REFERÊNCIAS

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas para econômico-financeira para a imprensa**. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6W703G>>.

DUSSEL-PETERS, E. Políticas chinas de comercio exterior e inversión extranjera y sus efectos. *In*: Bittencourt, G. (Coord.). **América Latina frente a China como potencia económica mundial**: exportaciones e inversión extranjera. Montevideo: Red Mercosur de Investigaciones Económicas, 2012.

HIRATUKA, C. *et al.* Relações comerciais entre América Latina e China: caracterização da evolução recente. *In*: Bittencourt, G. (Coord.). **América Latina frente a China como potencia económica mundial**: exportaciones e inversión extranjera. Montevideo: Red Mercosur de Investigaciones Económicas, 2012.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A recuperação do IDE para a América Latina**: a relevância dos investimentos em recursos naturais. São Paulo: Iedi, 2011. (Carta Iedi n. 473). Disponível em: <<http://goo.gl/vkj6gF>>.

Jenkins, R. The “China effect” on commodity prices and Latin American export earnings. **Cepal Review**, n. 103, 2011.

JENKINS, R.; DUSSEL-PETERS, H.; MOREIRA, M. M. The impact of China on Latin America and the Caribbean. **World Development**, v. 36, n. 2, 2007.

LALL, S.; WEISS, J. China’s competitive threat to Latin America: an analysis for 1990-2002. **Oxford Development Studies**, v. 33, n. 2, 2005.

MOREIRA, M. M. Fear of China: is there a future for manufacturing in Latin America? **World Development**, v. 35, n. 3, 2007.

Ramsey, J. *et al.* **Ranking das transnacionais brasileiras 2010**: repensando as estratégias globais. São Paulo: Fundação Dom Cabral, 2010.

SOBEET – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA. Cautela marca perfil dos investimentos diretos estrangeiros. **Boletim Sobeet**, ano 15, n. 91, maio 2013.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Ameaça das exportações chinesas nos mercados de exportações de manufaturados do Brasil. *In*: CONGRESSO DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **World Investment Report 2010**. Geneva: UNCTAD, 2010.